



Revista da

TERCEIRA IDADE

4ª Edição,
Novembro
de 2012



CONTAG

50 anos de história

10 ANOS DO

ESTATUTO DO IDOSO

Garantindo cidadania e respeito à pessoa idosa



LUÍZ FERNANDES

sumário

- 4 Editorial
- 5 Mensagem
- 6 Livro Divulga Violência no Campo
- 9 Frente Parlamentar Recupera Dignidade das Pessoas Idosas
- 11 Envelhecimento no Campo é Analisado por Pesquisador
- 12 Ações para o Envelhecimento
- 14 População Rural não Consegue Acessar Políticas
- 15 Acesso à Saúde de Qualidade Ainda é um Desafio para População Rural
- 16 Terceira Idade Endividada
- 18 Idosos Denunciam Fraudes
- 20 Entrevista: Ministra Maria do Rosário
- 23 Uma Década de Luta pelos Direitos das Pessoas Idosas
- 25 Lei Amplia Direitos da 3ª Idade
- 26 Idosos mais Respeitados
- 28 Entrevista: Idoso de 80 Anos Continua na Produção Agrícola
- 29 STTR de Palmeira dos Índios Espanta Pastinhas de sua Sede
- 30 Terceira Idade Fortalece a Ação Sindical
- 32 Artigo - O Estatuto do Idoso e o Acesso à Cidadania e à Justiça
- 34 Políticas Aliadas da Terceira Idade
- 38 50 anos de Lutas e Conquistas
- 41 Ato é Prestigiado por Idosos de todo o País
- 43 Galeria de Fotos
- 46 Estratégias para o Envelhecimento no Campo
- 49 Senar

EM FOCO

- 8 Combate à Violência
- 10 Saúde
- 22 Inclusão Digital
- 24 Esportes
- 37 Cultura
- 42 Alimentação
- 48 Meio Ambiente



50 anos de conquistas

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) completa 50 anos em 22 de dezembro de 2013. E você, trabalhador(a) rural, faz parte deste meio século de história marcado por muito esforço e sacrifício no trabalho do campo e na construção do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR).

Na caminhada feita pelo MSTTR, muitos companheiros(as) tombaram, outros partiram antes do tempo, sem que pudessem ver o fruto desta luta: “a vida e o trabalho no campo hoje estão melhor do que ontem”. Do seu esforço e participação enquanto trabalhador(a), liderança ou dirigente sindical brotou a indignação contra as injustiças e, da esperança, nasceram inúmeras mobilizações de pressão e de negociação de políticas públicas, cuja soma destes esforços resultaram em importantes conquistas que melhoraram as condições de vida e de trabalho para categoria trabalhadora rural do País.

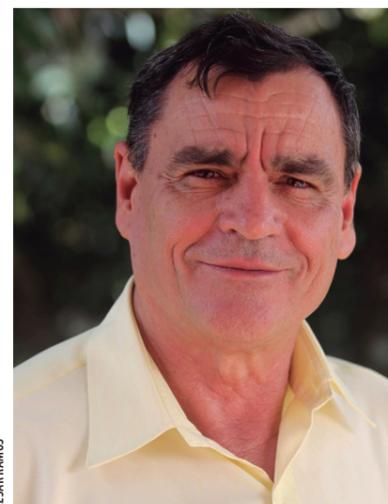
A exitosa trajetória de luta e conquistas do MSTTR só foi possível com a participação dos trabalhadores(as) rurais fortalecendo a organização e a ação da CONTAG, das Federações e dos Sindicatos. A CONTAG tem imensa satisfação de ver que milhares de associados(as) dos nossos

Sindicatos são trabalhadores(as) rurais da terceira idade, idosos de hoje, que foram adultos de ontem e jovens de anteontem que, sobretudo, continuam fiéis ao seu compromisso de participar e fortalecer o MSTTR. A vocês o nosso respeito e admiração. Que as políticas conquistadas para a 3ª idade e pessoas idosas sejam efetivadas e alcançadas por todos os trabalhadores e trabalhadoras.

Devemos nos orgulhar do que construímos e conquistamos em 50 anos e ter a consciência dos desafios que enfrentaremos no futuro para que esta organização alcance mais 50 anos exitosos na representação dos trabalhadores(as) rurais. Por isso, preservar e melhorar a organização do MSTTR é nossa obrigação, fortalecendo a democracia interna na diversidade política, assegurando sempre a unidade na ação e na defesa dos interesses da categoria.

Juntos somos fortes para continuar nossa caminhada com passos firmes, tendo por objetivo a realização do nosso projeto político (PADRSS) para a implantação de políticas públicas efetivas, tão necessárias para acabar com a pobreza e injustiça que ainda persiste no meio rural brasileiro. Nossa meta é construir uma sociedade mais justa e igualitária para o campo e cidade.

Alberto Broch
Presidente da CONTAG



CÉSAR RAMOS

Secretaria Nacional da Terceira Idade é fruto do amadurecimento da CONTAG

“Nestes 50 anos, a maior conquista a ser celebrada é o capital humano de associados(as) do MSTTR, que está presente desde a fundação dos primeiros sindicatos, e continua presente acreditando que um mundo com justiça social no campo é possível.”

Em dezembro de 2013, a CONTAG completará 50 anos de existência. Logo após sua fundação, o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) viveu um período difícil, de forte repressão às mobilizações e lutas populares.

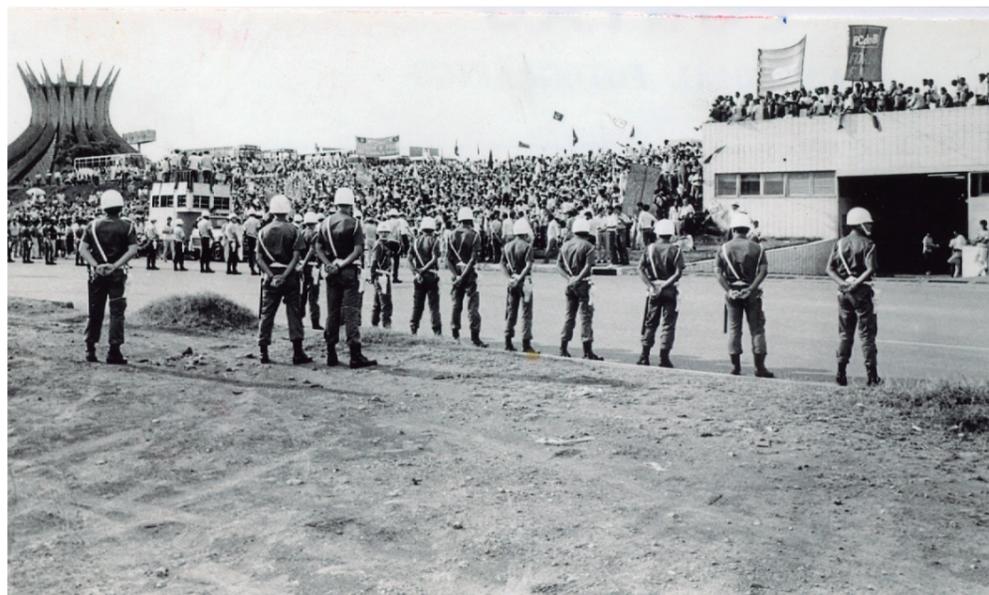
A CONTAG, as 27 FETAGs e os mais de 4 mil STTRs realizaram várias ações em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e muitas são as vitórias a serem comemoradas, a exemplo dos direitos previdenciários, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Habitação Rural, Política Nacional do Idoso, Estatuto do Idoso, entre outros. Nestes 50 anos, a maior conquista a ser celebrada é o capital humano de associados(as) do MSTTR, que está presente desde a fundação dos primeiros sindicatos, e continua presente, acreditando

do que é possível um mundo com justiça social no campo. São pessoas que iniciaram sua luta no movimento sindical do campo ainda jovens e, hoje, estão na terceira idade.

A CONTAG cresceu e amadureceu com vocês e a Secretaria Nacional da Terceira Idade é fruto desse amadurecimento. Sua trajetória em defesa do envelhecimento ativo e saudável no campo conta com a credibilidade dos milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais que envelhecem no campo e continuam participando ativamente do MSTTR, enfrentando diuturnamente os desafios desta fase da vida.

Nesse sentido, a Secretaria Nacional da Terceira Idade agradece a todos e todas que estão sempre presente lutando em prol da defesa e do fortalecimento dos trabalhadores e trabalhadoras da terceira idade e idosos(as) rurais.

Natalino Cassaro
Secretário Nacional da Terceira Idade da CONTAG



ARQUIVO CONTAG

Livro divulga violência no campo

Publicação rompe o silêncio e traz depoimentos de sobreviventes da ditadura.

A violência esteve presente no meio rural brasileiro bem antes do golpe militar de 1964. Ela atravessou todo o período de colonização do país, com a destruição das aldeias indígenas, dos quilombos, em Canudos, na guerra do Contestado, entre outras. Já na ditadura militar, a organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais foi duramente reprimida. Vários dirigentes sindicais foram mortos, torturados, presos e perseguidos, inclusive o primeiro presidente da CONTAG, Lyndolpho Silva.

Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre 1964 e 1989, o Brasil contabilizou 1.566 assassinatos de trabalhadores(as) rurais, desses apenas 17 foram julgados e só oito foram condenados, numa clara caracterização da impunidade. Boa parte dos crimes cometidos contra

trabalhadores(as) rurais e lideranças é praticada por pistoleiros, jagunços e capangas, que são contratados por latifundiários e empresas. Há casos de envolvimento de policiais em férias ou em serviço extra.

Para relatar todos esses casos, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e o Ministério do Desenvolvimento Agrário produziram o livro "Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos". A publicação é fruto do trabalho desenvolvido pelas pesquisadoras Ana Carneiro e Marta Cioccarri.

O livro traz narrativas sobre as inúmeras formas de violência e de repressão no campo durante a ditadura militar. Revela a mobilização camponesa como movimento de massa e de formação coletiva, autônoma, criativa

e com força política própria. Retrata situações que levaram a criação de STTRs e também das Ligas Camponesas. Traz, ainda, depoimentos de personagens que tiveram uma vida de militância e engajamento na luta dos trabalhadores que antecedeu o golpe de 1964 e que prosseguiu na redemocratização.

Muitos dos episódios registrados nesta publicação evidenciam que, mesmo quando os trabalhadores decidem ingressar na Justiça para enfrentar o grileiro ou o fazendeiro, na maior parte das vezes, a lentidão dos julgamentos e a parcialidade do Poder Judiciário faz com que não consigam esperar uma solução: são expulsos antes de suas posses ou são obrigados a lançar mão de formas mais violentas de resistência. Quando os trabalhadores reagem e uma morte acontece, o julgamento é rápido e exemplar. Um exemplo foi a prisão, no Pará, de treze posseiros e dos padres Aristides Camio e Francisco Gouriou, acusados do assassinato de um funcionário do Getat. Em contrapartida, os assassinos dos líderes camponeses Raimundo Ferreira Lima (PA), Wilson Pinheiro (AC), Margarida Alves (PB), José Cícero (AL), entre tantos, nunca foram punidos.

A abertura do livro, assinada pelos ministros do MDA e SDH/PR, traz o seguinte trecho: "A democracia brasileira rompe o silêncio, busca a verdade e supera a omissão, afiança o desenvolvimento com distribuição de renda e superação das desigualdades, afirma sua disposição de seguir ampliando e alargando as liberdades como condição para o Brasil tornar-se uma nação cidadã." ■

“Os camponeses também têm direito à memória, à verdade e à reparação”.

GILNEY VIANA, COORDENADOR DO PROJETO MEMÓRIA E VERDADE DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS.



“Pela primeira vez, a violência praticada pelos latifundiários durante o regime militar é vista como uma questão de direitos humanos. Sempre foi tratada como um ato comum de violência. A CONTAG precisa garantir, junto ao MDA e à SDH, a quantidade de livros necessária para fazer o debate nas comunidades, com a juventude e as mulheres. Quem não olha o seu passado não pode viver com clareza o seu presente e muito menos projetar o seu futuro.”

FRANCISCO URBANO, EX-PRESIDENTE DA CONTAG



FOTOS: LUIZ FERNANDES

LANÇAMENTO LIVRO



Diretores da CONTAG; o ex-presidente da Confederação, Francisco Urbano; o coordenador do Projeto Memória e Verdade da Secretaria de Direitos Humanos, Gilney Viana e cerca de 400 idosos(as)

rurais participaram do lançamento do livro, ocorrido na primeira noite da Plenária Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Terceira Idade e Idosos Rurais. Muitos deles vivenciaram esse período e conheceram boa parte das vítimas e perseguidos pela ditadura.



↑ É fundamental que os familiares zelem pelo bem-estar dos idosos(as). Essas pessoas precisam ter uma velhice tranquila e de qualidade.

ONDE DENUNCIAR

As denúncias podem ser registradas na Promotoria de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas (abandono, maus-tratos, negligência e similares), em Delegacias Especializadas de Proteção ao Idoso (furto, roubo, lesão corporal, maus-tratos, cárcere privado, discriminação, desvio de bens, estupro, ameaça e outros) e no Disque 100 (qualquer denúncia). Este último funciona 24 horas, inclusive aos domingos e feriados.

“Silêncio é Cumplicidade. Denuncie a Violência contra o Idoso.”

VIOLÊNCIA DENTRO DE CASA

Muitos idosos e idosas não costumam denunciar os maus-tratos sofridos quando os agressores são da família. Eles temem, principalmente, sofrer represálias dentro do próprio lar. O Rio de Janeiro é o estado que apresenta maior percentual de denúncias de violação de direitos humanos contra a pessoa idosa. Os tipos de violência mais comuns praticados contra os idosos em todo o Brasil são: violência física, maus-tratos físicos; abuso psicológico, violência psicológica ou maus-tratos psicológicos; abuso sexual, violência sexual; abandono, negligência; abuso financeiro e econômico e autonegligência.



Disque Direitos Humanos – Módulo Idoso. No primeiro ano de funcionamento foram registradas 43.628 denúncias de violações dos direitos humanos contra a pessoa idosa.

Frente Parlamentar recupera dignidade das pessoas idosas

Tramitam no Congresso cerca de 800 PLs que visam a promoção dos direitos e garantias dos idosos.

A Frente Parlamentar Mista de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, composta por deputados e senadores, foi criada para recuperar a dignidade das pessoas idosas. Esse integração aumenta a articulação e a força da Frente para defender os direitos dos idosos(as) e implementar políticas públicas voltadas para o envelhecimento digno, saudável, ativo e seguro.

Segundo a deputada Flávia Morais, presidente desta Frente, está em andamento um trabalho conjunto com as demais Frentes da Câmara e do Senado, com a Secretaria de Direitos Humanos, e com representantes da sociedade civil para estabelecer um calendário de eventos para 2013, com audiências públicas, seminários e ações que visem promover efetivamente a aplicabilidade do Estatuto do Idoso.

PRINCIPAIS RESULTADOS – A Frente conseguiu mobilizar o Ministério da Previ-

dência Social, por intermédio do INSS, para implantar uma fiscalização mais rigorosa quanto à concessão e renovação de empréstimos consignados vinculados às aposentarias, evitando as fraudes; no Dia Nacional de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, em 2012, aconteceram várias ações de conscientização social e política. “Articulamos junto ao Governo Federal o fortalecimento da rede de proteção e a implementação dos Centros Dias em vários municípios, além da criação dos fundos estaduais dos Conselhos do Idoso, que são importantes órgãos de controle da execução de políticas públicas”, informou.

PROJETOS DE LEI - Tramitam no Congresso cerca de 800 proposições sobre a promoção dos direitos e garantias das pessoas idosas. A Frente tem trabalhado para incluir na pauta de votações do Plenário o projeto que extingue o fator previden-

ciário (PL 3299/08). Outros destaques são o PL 3480/2012, que modifica as regras para a dedução do imposto de renda das doações feitas por pessoas físicas e jurídicas aos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais do Idoso; o PL 1629/2011, que dispõe sobre a Organização da Assistência Social e estabelece o Benefício da Prestação Continuada ao idoso com idade igual ou superior a 60 anos; e o PL 751/2011, que permite a elevação do valor do benefício previdenciário do idoso que necessite da ajuda de terceiros. Todos de autoria da dep. Flávia.

O aumento da expectativa de vida é uma realidade, estima-se que, em 2020, os idosos corresponderão a 14,2% da população brasileira. A preocupação com o desenvolvimento de políticas sociais públicas voltadas para esse público tornou-se uma prioridade, tendo que ser pautadas e incluídas na agenda política brasileira. Para a parlamentar, uma importante ação política de compromisso com a valorização dessas pessoas foi implementação do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, que traz instrumentos para garantir a participação, promoção e valorização da pessoa idosa na sociedade.

“Cabe a todos a luta para inclusão social das pessoas idosas e efetivar o que de fato já é assegurado no ordenamento jurídico.”



ARQUIVO PESSOAL

Flávia Morais, deputada federal do PDT/GO



↑ O diagnóstico e o tratamento adequados ao idoso com perda auditiva melhoram sua qualidade de vida e preservam o convívio social.

SAÚDE AUDITIVA

Fique atento a sinais como ouvir e não compreender, aumentar demais o volume do rádio e da TV e falar muito alto ou muito baixo. Avaliar a audição é o primeiro passo para solucionar a perda auditiva. O fonoaudiólogo e o médico otorrinolaringologista são os profissionais capacitados para diagnosticar e tratar esse problema. O Sistema Único de Saúde (SUS) oferece atendimento especializado para o diagnóstico, o tratamento clínico e a reabilitação (concessão do aparelho auditivo, acompanhamento e terapia fonoaudiológica).

Mais informações, consultar: www.saude.gov.br/idoso.

DISQUE SAÚDE

136

Esse é o espaço para manifestar as reclamações, sugestões, solicitações, denúncias, elogios, bem como solicitar informações relativas à saúde.

PREVENÇÃO DE QUEDAS

- Usar sacolas pequenas para as compras;
- Quando necessário, faça uso de apoio (bengala, muleta ou andador);
- Use calçados com saltos baixos, fechados e com solado antiderrapante;
- Suba e desça do ônibus somente quando ele estiver parado;
- Atravesse as ruas somente na faixa de pedestre, sempre olhando nas duas direções;
- Evite andar nos locais próximos a obras e lugares pouco iluminados.

Fonte: Ministério da Saúde



Envelhecimento no campo é analisado por pesquisador

Vicente Faleiros traz números que mostram o aumento do êxodo de idosos do meio rural, expulsos pelo agronegócio.

A 1ª Plenária Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras da Terceira Idade e Idosos Rurais foi realizada de 13 a 15 de junho de 2012, em Brasília. Foram três dias de intensos debates sobre o processo de envelhecimento no campo. Após a abertura política, o pós-doutor em Ciências Sociais Vicente de Paula Faleiros fez uma análise de conjuntura sobre as perspectivas e os desafios desse público.

Segundo o professor, dados do IBGE mostram que o número de idosos(as) no meio rural vem reduzindo. De 1960 para cá o índice passou de 55% para 15%. "O fato de o capitalismo apostar no agronegócio e nas grandes empresas monocultoras tem causado a expulsão de milha-

res de trabalhadores(as) rurais de suas comunidades", expôs.

Diante aos inúmeros desafios a serem enfrentados, Faleiros acredita que a maior garantia da proteção à velhice é a Previdência Social. Lembra que 34% dos idosos rurais ainda não conseguiram acessar essa política. O pesquisador aponta outra demanda fundamental desse público, a saúde, cujo serviço é deficitário na área rural. "Uma das principais causas de morte de idosos por queimadura e picada de animais peçonhentos deve-se a demora no atendimento médico." Ele destaca ainda a necessidade de que a terceira idade rural tenha acesso às políticas sociais de governo, como o Minha Casa Minha Vida, o apoio à comercialização e o combate à violência. ■

20

MILHÕES

de pessoas vivem hoje no campo. Em 1960 eram 38 milhões.

15%

da população rural é composta por idosos. Em 1960 esse índice era de 55%.

34%

dos idosos(as) rurais ainda não conseguiram acessar a Previdência Social.

Ações para o envelhecimento



VERÔNICA TOZZI

Painelistas apresentaram aos idosos rurais as políticas públicas disponíveis nacionalmente.

Os direitos e as políticas públicas em prol do envelhecimento ativo e saudável no Brasil foram debatidos na Plenária Nacional dos Trabalhadores(as) da Terceira Idade e Idosos Rurais, realizada em junho de 2012. O secretário de Políticas Sociais da CONTAG, José Wilson, expôs aos idosos como essas políticas vêm sendo trabalhadas no campo e seus reflexos na vida da população idosa rural. “Apesar de termos avançado na conquista de políticas públicas, os debates mostram que ainda é preciso efetivá-las, pois há dificuldade de acesso aos serviços e benefícios garantidos por elas, principalmente nas áreas da saúde e educação.”

José Wilson denuncia que é comum encontrar

hospitais desestruturados, equipes insuficientes ou despreparadas, filas e a falta de medicamentos e de atendimento domiciliar. Já a Previdência Social, disse Wilson, avançou nos últimos anos. “Dos 29 milhões de benefícios concedidos, 8 milhões estão no campo. Um valor considerável, que proporciona o desenvolvimento das comunidades a partir da distribuição de renda”.

Na avaliação do dirigente, a educação é mais um desafio. Cinco milhões de pessoas ainda não acessam essa política. “Ainda é preciso avançar bastante para reparar as desigualdades impostas às populações do campo, em especial às pessoas idosas.”



ESTATUTO DO IDOSO - A coordenadora-geral das Políticas para o Idoso da Secretaria de Direitos Humanos, Neusa Pivato Muller, conta que foi apenas no final da década de 70 que surgiram as primeiras discussões sobre as responsabilidades do Estado com os mais velhos. Mas, só em 2003 o Estatuto do Idoso no Brasil foi aprovado. “Só aí começaram a surgir as políticas para as pessoas idosas”. Muller informou, ainda, que o Disque 100 - Módulo Idoso - recebeu mais de 43 mil denúncias em menos de um ano.



SAÚDE - Maria Elizabeth Moura Maciel, da Coordenação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa do Ministério da Saúde, apresentou um balanço do envelhecimento no país. De 1940 a 2008, o número de idosos cresceu 170% e o de crianças (de 0 a 14) reduziu 42%. “O desafio é conseguir uma maior expectativa de vida com qualidade e dignidade. Distribuímos caderneta de saúde para os idosos, promovemos oficinas de prevenção de osteoporose, quedas e violência e estamos produzindo o guia do cuidador.”



ASSISTÊNCIA SOCIAL - Mirian Queiroz, da Secretaria de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), detalhou as políticas que vêm sendo trabalhadas pelo MDS, como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e a carteira do idoso para gratuidade no transporte público. “No Brasil existem 7.854 CRAS, 1.153 equipes volantes em áreas distantes e mais de 3 milhões de beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada).”



EDUCAÇÃO - Mauro José da Silva, do Departamento de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos do Ministério da Educação, expôs o Programa Brasil Alfabetizado. “O MEC vê como fundamental o ensino em qualquer fase da vida. Por isso, com esse programa, queremos que as pessoas continuem aprendendo”. Os dados divulgados mostram que há no país 13,9 milhões de pessoas consideradas analfabetas. A maioria vive no meio rural, são negras e estão com mais de 60 anos.



INCLUSÃO DIGITAL - A coordenadora do Portal da 3ª Idade, Tony Bernstein, apresentou os objetivos do portal, uma associação sem fins lucrativos. O portal foi criado em 2006 e mantém parceria com muitas entidades. “O nosso trabalho é todo feito via internet. Queremos mostrar os caminhos para os idosos e idosas acessarem as políticas já garantidas. Desejamos avanços e o bem para todos, em todas as etapas da vida. Esperamos estreitar as relações com a população idosa rural também.”

FOTOS: LUIZ FERNANDES

População rural não consegue acessar políticas

CONTAG levanta dificuldades e prejuízos dos idosos(as). As maiores reclamações estão no acesso à saúde e transporte.

Ao encerrar as exposições, os delegados(as) da plenária protagonizaram um intenso debate com os painelistas. A maioria das intervenções foram críticas à qualidade dos serviços oferecidos no campo, principalmente os de saúde e educação, e outras políticas que ainda não chegaram a esse público, como o Olhar Brasil e o Brasil Sorridente, por exemplo.

A Secretária da Terceira Idade da CONTAG confirma as críticas feitas pelos delegados. “O acesso às políticas se dá mais na área urbana. A que tem chegado, ainda que precariamente, é a saúde”, avalia Natalino Cassaro.

Para o sindicalista, o transporte público é um grande desafio a ser superado. Não há disponibilidade do serviço no trajeto da zona rural para a urbana, apesar de a pessoa idosa possuir o direito à gratuidade, garantido na Constituição. “As principais dificuldades enfrentadas pelos idosos(as) por causa dessa situação são a exposição ao transporte irregular, como mototaxista



LUIZ FERNANDES

- que não preservam a integridade física da população idosa, as maiores vítimas no caso de um acidente.”

Há ainda outros problemas vivenciados pela terceira idade e idosos(as) por conta da falta de políticas estruturantes no campo. Entre elas está a falta de transporte para cidade onde recebem a aposentadoria, levando por vezes a fazerem procurações para outros ou até deixarem seus cartões com terceiros, ficando expostos a roubos e irregularidades. No caso de atendimento médico, deixam de acessar medidas preventivas de saúde pela dificuldade de deslocamento da área rural para as unidades de saúde.



VERÔNICA TOZZI

“

Sabemos que muitas políticas públicas criadas pelo governo federal não chegam na ponta. Nós, agricultores familiares, principalmente do Nordeste, passamos por muitas dificuldades. A reforma agrária, as políticas agrícolas e de meio ambiente precisam avançar.”

JOSÉ PAULO DE ASSIS – PE – 76 ANOS

Acesso à saúde de qualidade ainda é um desafio para população rural

Levantamento feito durante plenária aponta dados alarmantes, como alto índice de idosos sem caderneta de saúde do Idoso e cartão do SUS e com hipertensão.

O Ministério da Saúde, a partir da Ouvidoria Geral do Sistema Único de Saúde (SUS), realizou uma pesquisa amostral de saúde junto a homens e mulheres trabalhadores(as) rurais que participaram da 1ª Plenária Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras da Terceira Idade e Idosos Rurais, ocorrida de 13 a 15 de junho de 2012, em Brasília. Foram considerados 214 questionários.

A maioria dos entrevistados, 51,4%, é do sexo masculino e 28,97% destes residem na região Nordeste, seguidos dos 25,23% da região Norte. Já 60,75% dos entrevistados são aposentados(as) e 83,18% trabalham diariamente de 6 a 8h ou mais.

Para 48% dessas pessoas a saúde é o maior problema enfrentado no dia-a-dia, seguido do medo da violência (33%). As doenças mais frequentes entre os trabalhadores(as) são: hipertensão (43%); reumatismo (19%); diabetes (11%);

cardiopatias (8%); depressão (6%). No entanto, 27% afirmaram que não apresentam problemas de saúde.

Outras dificuldades também foram identificadas. Problemas nos pés ou nas articulações, que inibem a mobilidade, atingem 18,69% e 31,78% possuem problemas nas articulações dos braços, mãos, pernas e pés.

A pesquisa apontou ainda que a maioria dessas pessoas, 80,84%, utilizaram serviços de saúde do SUS nos últimos 12 meses e 82,24% não possuem plano de saúde pago. Dentre os que utilizaram o SUS, a avaliação “regular” foi dada pela maioria (41,04%).

Um dos fatores da insatisfação dos usuários do serviço público de saúde é o tempo de espera pelo atendimento médico: 22,9% dos entrevistados informaram que esperam de uma a duas horas; 14,49% de duas a quatro horas; 11,21% acima de quatro horas.

Prevenção é o melhor remédio

A pesquisa apresenta dados preocupantes, que comprovam que boa parte dos entrevistados não faz uso de métodos de prevenção de doenças. Das mulheres pesquisadas, 18,45% nunca realizou um exame de mamografia e 14,56% não realiza há mais de três anos. Já 21,82% dos homens nunca fizeram o exame de próstata e 5,45% não fazem há mais de três anos.

O uso de agrotóxicos também preocupa. Segundo a pesquisa, 51,4% acreditam na influência dessas substâncias na saúde humana, e 16,36% afirmaram que já tiveram intoxicação e 1,4% possui doença crônica devido aos agrotóxicos.

Embora 43% dos pesquisados tenham relatado a ocorrência de hipertensão, o uso de anti-hipertensivos não seguiu na mesma proporção. Apenas 25% das pessoas relataram o seu consumo. Esse dado sugere que a intensidade da hipertensão não requer o uso de medicamentos ou há dificuldade de acesso a eles.

78,04%

Não possuem caderneta de saúde do idoso e cartão do SUS

49,07%

Não têm acesso a medicamentos pelo SUS

43%

Apresentam hipertensão (pressão alta)

12,15%

Sofreram queda nos últimos três meses

Terceira Idade **endividada**

População idosa rural sofre em meio às dívidas, fraudes e exploração.



Envelhecimento e os desafios: Aposentadoria, Empréstimo Consignado, Violência e Exploração". Esse foi um dos temas de destaque da 1ª Plenária Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Terceira Idade e Idosos Rurais - ocorrida em Brasília, em junho de 2012 -, que tratava do endividamento que atinge milhares de idosos e idosas do campo.

Dados apontam que de 2003 até abril de 2012 foram assinados 56 milhões de contratos de empréstimo consignados, e desses, 8,5 milhões são de aposentados(as) e pensionistas rurais na condição de segurado especial pela Previdência Social. Números de 2011 mostram que há mais de 15 mil

reclamações registradas na ouvidoria do INSS por irregularidades nos contratos, entretanto, apenas 3.320 fraudes foram comprovadas.

O painel, coordenado pelo secretário nacional da Terceira Idade, Natalino Cassaro, contou com a participação de representantes do INSS, Banco Central e da Associação Brasileira de Bancos, que promoveram a realização de um amplo debate.

"Para mim, o problema não está em o idoso ou a idosa pegar um empréstimo. O questionamento é que, na maioria das vezes, o dinheiro não chega às mãos desse idoso(a). Só chega a dívida para pagar, com os juros absurdos", denuncia Cassaro. ▶



CONTAG - A vice-presidente e secretária de Relações Internacionais, Alessandra Lunas, apresentou alguns problemas vivenciados pelos idosos(as) por conta da ambição dos agentes financeiros que querem lucrar sempre mais. "A cada negociação do Grito da Terra Brasil cobramos uma solução para esse caso, mas as medidas do governo são muito tímidas. O posicionamento da CONTAG é muito claro: somos contrários à forma como o empréstimo consignado é feito. É um desafio muito grande fazer com que as políticas públicas cheguem de fato no campo e proporcionem melhor qualidade de vida para a população rural", complementou.



INSS - Segundo Fernando Maciel, procurador federal do INSS, no país existem 1.557 unidades de atendimento e 178 PREVCidades. "Em muitas cidades, a renda total dos beneficiários do INSS supera o valor do fundo dos municípios.". Maciel destacou também na sua exposição o cadastramento dos tipos de benefício disponíveis para os segurados especiais e a importância da parceria com a CONTAG. "A procuradoria federal está ciente dos excessos cometidos pelos chamados 'pastinhas' e estamos firmando parcerias com a Polícia Federal para punir essa prática."



BANCO CENTRAL - A representante do Banco Central (BC), Elvira Cruvinel Ventura, apresentou estatísticas sobre a redução da miséria, mobilidade social, pontos de atendimento bancário e acesso ao empréstimo consignado. Também destacou as medidas adotadas pelo BC e as formas de operacionalização trabalhadas. "Desenvolvemos algumas ações como o fomento à diversificação e a melhoria dos serviços financeiros, tornando-os mais adequados às necessidades da população, além da contribuição para a promoção da educação financeira e definição de marcos legais e regulatórios, dentre outras", informou Elvira.



ASSOCIAÇÃO DE BANCOS - Renato Martins Oliva, presidente da Associação Brasileira de Bancos (ABBC), teve o seu primeiro contato com os trabalhadores(as) rurais na Plenária. De acordo com ele, foi muito importante saber o que está acontecendo de fato para poder regular melhor esse atendimento. Oliva fez um resgate do surgimento do empréstimo consignado no país, criado inicialmente para os funcionários públicos. "Era para que pagassem com juros menores. Com a regulamentação, os aposentados e pensionistas também puderam ser beneficiados, pois têm renda fixa e permanente. Desde 2006, que a taxa média se mantém em 26%." ■

Idosos denunciam fraudes

Delegados enriquecem debate durante painel ao apresentar casos de vítimas nos seus estados.

As 27 Plenárias Estaduais de Trabalhadores(as) da Terceira Idade e Idosos Rurais, que ocorreram de setembro de 2011 a abril de 2012, promoveram intensos debates que trouxeram à tona a vulnerabilidade da população idosa brasileira junto às ações oportunistas. Neste período foram registrados depoimentos de centenas de vítimas de violência, danos, maus tratos e constrangimentos, que retratam um país que não respeita os mais velhos e nem a dignidade do próximo.

O debate sobre esse tema foi retomado na mesa-redonda 2 da 1ª Plenária Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Terceira Idade e Idosos Rurais. Todos os dados coletados nos estados, propostas e críticas a essa política foram apresentados e o painel envolveu o INSS, Banco Central e Associação Brasileira de Bancos. As intervenções dos delegados(as) comprovaram que esse

é um dos temas de maior apelo para a população idosa rural e que na maioria dos casos fica configurada a exploração contra essas pessoas.

Mais especificamente sobre o empréstimo consignado, vencedor de críticas e discussões em todos os estados, o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) vê com preocupação o aumento do número de fraudes nos contratos e endividamento dos aposentados(as) e pensionistas rurais. Segundo o secretário nacional da Terceira Idade da CONTAG, Natalino Cassaro, constam nas pautas das edições anteriores do Grito da Terra Brasil (GTB) propostas que visam solucionar esse problema, como exemplo regularizar a atuação dos chamados "pastinhas" -que agenciam as contratações de crédito- para que seja possível puni-los em casos comprovados de irregularidades. Foi regularizado a partir da Resolução

do Ministério da Previdência Social/Conselho Nacional de Previdência Social de nº 1.321 de 4 de outubro de 2012. "O empréstimo consignado gera o endividamento dos aposentados(as) e pensionistas e a violência contra a pessoa idosa. Aliás, as facilidades para acessar esse crédito podem representar grandes prejuízos".

Segundo o dirigente, a CONTAG defende a aprovação de um projeto de lei que proíbe o aposentado(a) de contrair um novo empréstimo enquanto o anterior não for quitado. Além disso, que o recurso seja apenas concedido com a assinatura e presença do titular do contrato.

Campanha

O MSTTR também manifesta a sua preocupação com a política do empréstimo consignado a partir da campanha "Dinheiro Fácil? Cuidado!!!", que tem por objetivo esclarecer e orientar a respeito de como não se tornar vítima de fraudes, golpes e empréstimo desnecessário. Além disso, vem alertando que quem tem lucrado exorbitantemente com isso não são os aposentados(as), mas sim as entidades financeiras.

Cuidados

A CONTAG, FETAGs e STTRs recomendam aos trabalhadores e trabalhadoras rurais aposentados(as) e pensionistas que não contraiam empréstimos consignados e que evitem que outras pessoas façam a dívida por você. Em caso de dúvidas não assine contratos, procuração ou qualquer documento. Nunca forneça seus dados pessoais pelo telefone ou internet e, principalmente, jamais forneça seu cartão do benefício e a sua senha. Outra dica é pesquisar sempre as taxas de juros praticadas. Afinal, essa linha de crédito foi criada para reduzir os juros. ■

“O crédito consignado é uma violência contra o aposentado. É preciso que o governo controle melhor essa prática para evitar fraudes e abusos. No meu município identificamos alguns problemas. Felizmente, a assessoria jurídica do STTR conseguiu reverter os casos.”

VALTER LONDERO, RIO GRANDE DO SUL.



VERÔNICA TOZZI

“Eu mesma tenho experiência com o crédito consignado. Fiz um empréstimo de R\$ 2 mil para fazer uma cozinha. Vou acabar de pagar em dezembro. Vai dar um total de R\$ 4 mil. Isso não é um empréstimo, é um toma dinheiro.”

MARIA CÂMARA, AMAPÁ.



LUÍZ FERNANDES

“O empréstimo consignado pode ser uma conquista e é legal. Mas, nem tudo o que é legal é moral. Para os trabalhadores urbanos pode ser uma coisa boa. Essa política como está para a área rural, está quebrando os trabalhadores rurais aposentados. Tem trabalhador que dos R\$ 622 está recebendo apenas R\$ 140, não pode nem comprar remédio.”

JOSÉ FERREIRA, RIO GRANDE DO NORTE.



ARQUIVO PESSOAL

“A cada negociação do Grito da Terra Brasil cobramos uma solução, mas as medidas anunciadas são muito tímidas. Muitos idosos estão endividados, deprimidos e sofrendo violência psicológica, emocional e financeira.”

NATALINO CASSARO, SECRETÁRIO DA TERCEIRA IDADE DA CONTAG.



LUÍZ FERNANDES

NÚMEROS / 2003 até abril/2012

R\$ 120
bilhões

movimentados (total) e R\$ 43 bilhões (acessado pela faixa etária de 60 a 69 anos)

56
milhões

de contratos assinados (total). Do total, 8,5 milhões são aposentados(as) rurais

15.013

registros de reclamações na Ouvidoria do INSS e 3.320 fraudes foram comprovadas (dados 2011)

Envelhecimento ativo e saudável na ótica do governo

Em entrevista, a ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário, analisa as políticas do Governo Federal que beneficiam a terceira idade, promovendo um envelhecimento ativo e saudável, e os números registrados pelo Disque 100.



Qual é o cenário atual do envelhecimento no Brasil? Hoje é possível envelhecer com qualidade de vida e participação social?

O progresso alcançado pelo Brasil, na última década, é resultante do compromisso com o segmento idoso da população brasileira e do forte engajamento da sociedade civil. Destaca-se o empenho do governo federal em criar instituições, políticas públicas e arcabouços jurídicos voltados para as necessidades e demandas específicas dos idosos, por meio do fortalecimento dos órgãos de controle democrático, da criação de incentivos à participação da população idosa e da sociedade em geral na formulação, execução, acompanhamento e monitoramento das ações, projetos, programas e atividades. Há uma consolidação de rede efetiva de proteção e defesa dos direitos da pessoa

idoso.

Qual tem sido o papel da SDH na articulação da política do idoso no âmbito do governo federal?

A SDH/PR atua de forma transversal, incidindo nas políticas setoriais conduzidas pelos demais Ministérios para que incorporem as especificidades das pessoas idosas no desenho, formulação e implementação de suas políticas. Para a identificação das necessidades e demandas desse público, foram realizadas a 1ª, 2ª e 3ª Conferências Nacionais dos Direitos da Pessoa Idosa. A partir da participação popular, que envolveu representantes de todos os estados e do Distrito Federal, foram debatidos os avanços e desafios na execução da Política Nacional do Idoso.

Quais as principais políticas públicas e iniciativas direcionadas aos idosos(as) trabalhadas pelo governo

federal? Quais são específicas para os idosos(as) rurais?

Políticas de seguridade social, de saúde e, de maneira mais ampla, de inclusão econômica e política dos idosos. Cerca de oito em cada dez idosos(as) brasileiros recebem algum tipo de benefício. Isso ocorre graças a programas como o Benefício de Prestação Continuada; a Previdência Social rural e urbana; mais recentemente, os Programas Bolsa Família, Brasil Sem Miséria e Minha Casa Minha Vida.

Ainda na área social, merece atenção a aprovação, em 2006, da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, que discutiu a garantia do acesso universal e gratuito a serviços de saúde, privilegiando a formulação de políticas dedicadas às necessidades específicas das pessoas idosas e a promoção do Envelhecimento Ativo e Saudável. Quanto às pessoas idosas rurais, as principais mudanças normativas ocorreram a partir da Constituição de 1988, sendo administrativamente efetivadas a partir de 1992, foram as seguintes: equiparação de condições de acesso para homens e mulheres; redução do limite de idade para aposentadoria por idade (60 anos para homens e 55 para mulheres); e estabelecimento de um piso de aposentadorias e pensões em um salário mínimo. Essas novas regras, apli-

cadas aos trabalhadores formais e produtores em regime de economia familiar, tiveram efetivo impacto social e econômico. Aumentou expressivamente em poucos anos (1992-1995) o grau de cobertura do sistema sobre o conjunto dos domicílios rurais e elevou substancialmente a participação da renda previdenciária na renda familiar rural. Nesse contexto, a previdência rural universal cumpre uma função de proteção social moderna. Permite, ainda, uma revalorização das pessoas de idade que, ao acessarem a renda de aposentadoria, obtêm uma espécie de salvaguarda de subsistência familiar, invertendo o papel social de assistidos para o de assistentes, no contexto da estratégia de sobrevivência das famílias.

Quais políticas que ainda precisam ser criadas para promover o envelhecimento ativo e saudável no país?

Políticas de facilitação e ampliação do acesso, ao mundo do trabalho, para os que não têm alternativa; políticas na área da educação - tecnologias da informação e a alfabetização -, contemplando metodologias específicas. É importante ainda, fomentar os conselhos municipais e estaduais e criar uma rede ativa e específica em relação à pessoa idosa - que produza uma relação dialógica, onde todos os gestores dessa área sejam promotores dessa ação.

Como o governo federal está se preparando para

atender este contingente de pessoas idosas cada vez mais crescente?

O governo federal vem desenvolvendo sistema de segurança social que garante maior equidade e solidariedade entre gerações como os programas sociais: Brasil Carinhoso, Minha Casa Minha Vida e Bolsa Família; de enfrentamento à pobreza - que possibilita o acesso a medicamentos gratuitos -; de acesso à informação e formação, para que possam desenvolver suas habilidades e capacidades adquiridas ao longo da vida; e o módulo idoso do Disque 100, como forma de enfrentamento à violência. O governo federal vem implantando também as recomenda-

ções do Plano de Ação Internacional do Envelhecimento, pautado em três pontos: idoso e desenvolvimento; promoção da saúde e bem-estar na velhice; e criação de um ambiente de vida propício e favorável.

A população idosa ainda é muito desrespeitada em todo o território brasileiro. Quais são as principais denúncias registradas no Disque 100 módulo Idoso?

Das denúncias feitas no módulo Idoso, de janeiro/2011 a agosto/2012, 32% são por negligência, 29% por violência psicológica, 20% por abuso financeiro e econômico, 17% por violência física e 2% por outras razões.

TRABALHO DA SDH PARA COMBATER A VIOLÊNCIA CONTRA OS IDOSOS A PARTIR DAS DENÚNCIAS

SERVIÇOS REALIZADOS DE JANEIRO/2011 A AGOSTO/2012 A PARTIR DO DISQUE 100:	ENCAMINHAMENTOS	% DE RESPONDIDAS
Serviço Sócio Assistencial (CRAS, CREAS E ESPECIALIZADOS IDOSO)	13.942	114%
Conselho Estadual do Idoso	13.631	5%
Ministério Público	11.17	92%
Segurança Pública	5.616	54%
Outros encaminhamentos	809	74%
Coordenadorias da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência	625	77%
Secretarias Estaduais de Assistência Social, Direitos Humanos e Saúde	547	40%
Secretarias Municipais de Assistência Social e Direitos Humanos	130	100%
TOTAL DE ENCAMINHAMENTOS	46.470	68%



ARQUIVO PRODESTRES

INCLUSÃO DIGITAL DE IDOSOS

Os avanços da tecnologia e da informatização têm sido dois grandes desafios para a população mundial, principalmente para as pessoas idosas. A exclusão digital no Brasil oscila de acordo com as diferenças regionais, acompanhado da desigualdade social e serviços. Em qualquer faixa etária a inclusão traz inúmeros benefícios, como: informação rápida, aquisição de novos conhecimentos, atualização de conhecimentos gerais, ampliação das redes de relações, sociabilidade, conectividade com a contemporaneidade, melhoria da auto-estima e auto-eficácia.

8%

dos internautas brasileiros têm mais de 50 anos. Esse índice foi divulgado na Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad) de 2005.

COMPUTADOR MAIS BARATO

Está tramitando na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 3021/11, que acaba a isenção de PIS/Pasep e Cofins que incide sobre a venda de computadores. O PL, de autoria de Rubens Bueno (PPS-PR), estabelece o prazo limite (dezembro de 2014) para venda de equipamentos eletrônicos com alíquota zero, medida que não se aplica para vendas efetuadas a idosos. O objetivo é possibilitar a inclusão digital a esse público.

Uma década de luta pelos direitos das pessoas idosas

O Fundo Nacional, o Disque 100 e o combate à violência contra os idosos foram alguns dos avanços garantidos pelo CNDI.



LUIZ FERNANDES

O Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI) completou 10 anos. Referência na luta pela garantia do direito ao envelhecimento digno e na construção de uma cidadania possível e plena, foi criado em 2002 com a finalidade de formular a Política Nacional do Idoso e fazer o acompanhamento desta.

Dentre as conquistas obtidas, a Secretaria Nacional da Terceira Idade da CONTAG destaca a realização de três Conferências Nacionais dos Direitos da Pessoa Idosa, que traçaram novos rumos na luta pela garantia dos direitos deste público.

O conselho também lutou

pela implantação do Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa, que promoveu a criação de Centros de Apoio à Prevenção e ao Enfrentamento à Violência contra Idosos; a capacitação de gestores públicos, de instituições de longa permanência e de representantes do movimento social. Permitiu o aperfeiçoamento das ações estatais e a implantação do Disque 100 - módulo idoso. Outra conquista foi a criação do Fundo Nacional do Idoso, instituído pela Lei 12.213/2012.

Segundo Natalino Cassaro, a CONTAG participa do CNDI

desde 2003 e, ao longo destes anos, vem pautando a defesa e o fortalecimento das pessoas idosas rurais no conselho e nos demais espaços que estudam e planejam as políticas voltadas para elas. "Muitos foram os avanços, mas ainda há muito que superar. Os serviços de atendimento aos idosos(as) não estão disponíveis e os que existem não possuem capacitação na área do envelhecimento. Falta transporte do rural para o urbano e a violência contra eles tem aumentado nos últimos anos com as irregularidades nos empréstimos consignados", avalia. ■



WILSON RIBEIRO

TRABALHO COM IDOSOS RENDE PRÊMIO PARA CONTAG

Nos 10 anos do CNDI, a CONTAG foi a única entidade sindical rural a ser premiada pelo trabalho de organização e defesa dos idosos. O secretário de Formação e Organização Sindical, Juraci Souto, representou a Confederação na entrega do prêmio, realizada em 14 de junho, no Congresso Nacional. "Esse reconhecimento é fruto da valorização que damos às discussões dos direitos desse público." O secretário da 3ª Idade, Natalino Cassaro, reconhece que o prêmio é resultado do trabalho da CONTAG, das FETAGs, STTRs, além da grande contribuição dos trabalhadores(as) rurais no desenvolvimento do país.



ARQUIVO AFRID

MUSCULAÇÃO NA 3ª IDADE

Se você já chegou à terceira idade e nunca fez exercícios físicos pense que nunca é tarde para começar. A partir dos 35 anos, o organismo humano passa a apresentar alguns déficits funcionais, como a perda de massa óssea, que pode causar osteopenia/osteoporose e aumentar o risco de fraturas. Também há mais chances de desenvolver doenças crônicas, como hipertensão e diabetes. A musculação, com supervisão profissional, é um dos melhores remédios para a manutenção da qualidade de vida dos idosos. Mas, antes de iniciar exercícios com pesos, é recomendável consultar um médico.

150 MINUTOS

de exercício físico por semana é o suficiente para garantir a estabilidade física por 15 anos. O corpo que se movimenta tem menos chance de adoecer.

EXERCÍCIOS PREVINEM INFARTO

Segundo especialistas, o infarto agudo do miocárdio é a principal causa de morte no Brasil. A prática de exercícios físicos, a redução no consumo de gorduras e sal, deixar de fumar, perder peso e a redução dos níveis de glicose no sangue estão entre algumas das medidas que devem ser tomadas quando se inicia um tratamento para pessoas com risco de infarto. Nunca é tarde para mudar o estilo de vida!

Fonte: Portal da 3ª Idade



LUIZ FERNANDES

Lei amplia direitos da 3ª idade

CONTAG acredita que a efetivação do Estatuto e o respeito às pessoas idosas se dará quando a população conhecê-lo melhor.



FIQUE ATENTO

A gratuidade no transporte público é permitida aos maiores de 65 anos, mas o Estatuto considera idosa(o) as pessoas maiores de 60 anos. Sendo assim, os cidadãos entre 60 e 65 anos devem se atentar para a legislação local.

Em outubro de 2013 o Estatuto do Idoso completará 10 anos. Desde que foi sancionado, vem ampliando os direitos dos cidadãos e cidadãs com 60 anos ou mais. Hoje, eles têm garantido por lei à liberdade, dignidade, integridade, educação, saúde, a um meio ambiente de qualidade, entre outros direitos fundamentais, cabendo ao Estado, à Sociedade e à família a responsabilidade pela proteção e garantia desses benefícios. O Estatuto institui penas severas para quem desrespeitar ou abandonar as pessoas idosas.

Após sua efetivação, muitos direitos estabelecidos aos idosos tornaram-se realidade, sendo regulamentados pelos órgãos responsáveis. As principais conquistas do Estatuto foram: a regulamentação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa; a gratuidade no transporte

público; prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria e criação do Fundo Nacional do Idoso.

“Um dos grandes desafios do Estatuto do Idoso é chegar a cada um dos 21 milhões de pessoas idosas existentes no país e a CONTAG tem contribuído para isso. Nestes últimos anos confeccionamos cerca de 150 mil exemplares, que foram distribuídos às pessoas idosas filiadas ao sistema confederativo no meio rural”, informou o secretário da Terceira Idade da CONTAG Natalino Cassaro.

Para o dirigente, não é só a pessoa idosa que deve ter acesso ao Estatuto. “Ele deve estar disponível nas escolas, nas universidades, nas bibliotecas e nas comunidades para que crianças, jovens e adultos conheçam e aprendam como dar valor aos seus idosos”, sugeriu Cassaro. ■

Idosos mais respeitados

Ato em Brasília reforçou a importância do combate à violência e da defesa, fortalecimento e respeito à população idosa rural.

Em 15 de junho, o MSTTR celebra o Dia Nacional de Defesa e Fortalecimento da Pessoa Idosa Rural. Em 2012, durante a 1ª Plenária Nacional dos Trabalhadores(as) da Terceira Idade e Idosos Rurais, a CONTAG realizou um ato especial para essa data. Além de diretores da Confederação, a cerimônia contou com a presença de Francisco Urbano, ex-presidente da entidade; de Raimunda de Mascena, representando as cinco regionais; e de Neusa Pivato Muller, da coordenação de Políticas para o Idoso da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), que representou a ministra Maria do Rosário.

Para o presidente da CONTAG, Alberto Broch, esse é um dia especial que deve ser carregado de reflexão, de defesa e fortalecimento da pessoa idosa. “Precisamos ter uma sociedade mais humana, igualitária e respeitosa. Recebam o nosso compromisso de buscar condições para que todos os idosos e idosas tenham uma vida digna.”

Raimunda de Mascena lembrou que o país é governado por pessoas da terceira idade. “A presidenta Dilma tem mais de 60 anos e a maioria dos

ministros também. Por isso, temos que ter políticas para as pessoas dessa faixa etária.”

Já Neusa Muller ressaltou o trabalho da SDH em combater todas as formas de violência contra os idosos, que em muitos casos é cometida pela família. “A ministra prometeu empenhar-se ao máximo para que os direitos sejam garantidos. Ela disse que esse público merece a criação da Secretaria Nacional do Idoso”.

O ex-presidente da CONTAG Francisco Urbano destacou que o Estado brasileiro continua repressor e violento com os seus agricultores. Apesar de elogiar a publicação conjunta da SDH e



VERÔNICA TOZZI



ARQUIVO FETAES

FIQUE ATENTO
A Organização das Nações Unidas e a Organização Mundial de Saúde declararam 15 de junho como o Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa. O objetivo é difundir a violência ao idoso(a) como violação aos direitos humanos.

MDA do livro que trata da história dos trabalhadores rurais que foram mortos e torturados no período da ditadura, afirmou que não adianta só prender os culpados. “Tribunal e Polícia não fazem justiça. Justiça se faz com a criação de políticas públicas”.

Por fim, o secretário da Terceira Idade, Natalino Cassaro, propôs aos delegados(as) um momento de reflexão sobre a forma como as pessoas idosas são tratadas nos sindicatos, federações e confederação. “Temos que mudar a postura dentro da nossa casa e dar o primeiro passo. Temos que colocar os jovens para ler o Estatuto do Idoso, para que eles se conscientizem da necessidade de respeitá-los, porque um dia eles também serão idosos”.

“Em Piri-piri (PI), a situação dos idosos está horrível. Em menos de um mês recebemos 15 denúncias de abandono, maus-tratos e espancamento contra idosos. Retiramos as vítimas de suas casas, alugamos um imóvel e contratamos cuidadores. Graças a Deus eles estão sendo cuidados. Infelizmente, muitos idosos e vizinhos ainda não têm coragem que registrar denúncias. Quando o idoso não é vítima de maus-tratos, vive na miséria.”



VERÔNICA TOZZI

MARIA HELENA GOMES VERAS – 58 ANOS – PIAUÍ

Idoso de 80 anos continua na produção agrícola

Lino Vinco, trabalhador rural aposentado, nascido em 1932, ainda trabalha na sua propriedade e permanece sócio do STTR. Ele mora com a esposa Theresinha Colodette Vinco na comunidade Abundância, em Castelo/ ES, e tem quatro filhos. Desses, dois moram no campo e os outros dois na cidade.



FOTOS: JOSÉ CEZAR AGOSTINHO

Quais as principais atividades que o senhor realiza na sua propriedade rural?

Faço a roça, capino e ajudo minha esposa na criação de animais (aves e gados de leite e corte). Não faço outras atividades, como tirar leite por exemplo, porque estou com dificuldades para abaixar e andar por conta de problemas na coluna e no joelho.

Quais são as culturas produzidas na propriedade?

Plantamos café, milho e banana.

O senhor gosta do trabalho agrícola e de estar trabalhando até hoje?

Sim, gosto do serviço. Trabalho o dia todo, inclusive aos sábados. Acredito que o fato de estar trabalhando até hoje deve fazer bem para a minha saúde, é um exercício que faço.

O senhor faz uso de alguma tecnologia na sua propriedade?

Não possuo máquina na minha propriedade. Às vezes consigo que os tratores da Prefeitura e o da hidrelétrica (que passa pelo terreno do seu Lino) façam algum serviço para mim.

Quais as suas principais necessidades para facilitar na execução das atividades agrícolas?

Primeiro eu precisaria ter mais saúde. Segundo, acho que deveria ter mais tecnologia para facilitar o trabalho das pessoas idosas que continuam ativas. Também estou precisando de uma retroescavadeira para limpar a lagoa na minha propriedade, pois a braquiária desceu e a entupiu. Essa situação prejudica o meu trabalho e, sem essa máquina, não te-

no como fazer a limpeza.

Como o senhor cuida da sua saúde?

Sempre vou ao médico, tomo vacina e me alimento bem. O Programa Saúde da Família também passa na minha casa. Pago um convênio da Funerária da cidade, que está incluída a consulta com alguns médicos. Consigo me consultar com facilidade. O STTR de Castelo também oferece convênio médico. Agora, é difícil acessar os medicamentos gratuitamente.

O senhor participa das atividades do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais?

Atualmente está complicado por conta da minha saúde, pois tenho dificuldades para locomoção. Costumo vir somente quando consigo um motorista. ■

STTR de Palmeira dos Índios espanta pastinhas de sua sede

Ao acompanhar todas as etapas na concessão de benefícios, Sindicato inibe assédio de atravessadores e irregularidades.

O STTR de Palmeira dos Índios, em Alagoas, completará 50 anos em 1º de maio de 2013. A sua fundação foi incentivada pela Igreja Católica, o primeiro presidente foi Pedro Alexandrino e, em 1974, a sede foi construída. Esse resgate foi feito no primeiro encontro do Grupo de Estudo Sindical (GES), com a presença do sócio nº 1 José Bezerra, que tem 90 anos. Para o presidente do Sindicato, Leonardo Correia da Silva, essa

iniciativa do GES é importante porque muitos sócios(as) antigos não conhecem a história do movimento sindical.

Trabalho com idosos

A entidade realizou reuniões com o INSS para tratar da atuação dos chamados "pastinhas" e da análise dos processos encaminhados pelo STTR. Em setembro passado o STTR sediou o Seminário dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Terceira Ida-

de e Pessoas Idosas Rurais, reunindo cerca de 150 pessoas dos municípios dos Pólos Xucurus e Agreste Central. O encontro propôs o debate sobre o tema "envelhecimento ativo e saudável no campo", buscando orientar os idosos(as) quanto aos desafios na luta para a efetivação de seus direitos diante do Poder Público, principalmente no que diz respeito ao transporte gratuito de qualidade, saúde, assistência social, lazer, entre outros.

O STTR, que tem uma Secretaria da Terceira Idade, também presta serviços na área da Previdência Social, dando orientação, montando o processo, acompanhando as pessoas até o posto do INSS. Essas medidas visam acabar com as fraudes e irregularidades na concessão das aposentadorias e do empréstimo consignado. Segundo Leonardo, os atravessadores sumiram da porta do Sindicato. ■



FOTOS: MARIA CAVALCANTE

“ Me orgulho imensamente como presidente do STTR de Palmeira dos Índios de ter o sócio nº 1 até hoje sindicalizado. Não são todos os sindicatos que têm esse privilégio. Hoje, temos mais de 25 mil associados”.



Leonardo Correia da Silva, presidente do STTR de Palmeira dos Índios/ AL

Terceira Idade fortalece a **ação sindical**

Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais dão mais atenção às pessoas da terceira idade.

A população idosa rural é um público importante para o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). As pessoas que hoje estão com mais de 60 anos contribuíram significativamente para a construção de uma história de luta e conquistas para o campo brasileiro. Por esse e outros motivos, os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de todo o país têm um papel estratégico de rever e inovar os benefícios e o envolvimento das pessoas da terceira idade no MSTTR, bem como de realizar ati-

vidades e ações específicas bem planejadas e trabalhadas. Nesse sentido, são priorizados alguns serviços como convênios com médicos, ambulatórios e comércio, orientações sobre o acesso à Farmácia Popular e aos medicamentos gratuitos, promoção de festas no Dia do Trabalhador(a) e no Dia do Idoso(a), sorteio de prêmios, realização de palestras com pessoas especializadas a respeito dos cuidados com a saúde (tratamento e prevenção de doenças), confecções de panfletos informativos, dentre outros. Segundo o secretário de Finanças e Administração da CONTAG, Aristides Santos, os STTRs devem atender muito bem os aposentados(as) rurais e com o devido cari-

no, em razão da força coletiva que eles representam nos municípios e no movimento sindical. “Também é nosso papel trazer essas pessoas para o convívio social, promover atividades culturais e de lazer, além de orientá-las sobre os possíveis riscos que podem sofrer ao acessar empréstimos consignados, que parecem ser uma coisa boa, mas quando não são bem planejados, viram um grande problema”, explicou.

Portanto, o MSTTR orgulha-se dos seus associados(as) mais experientes e entende ser importante tê-los em seu quadro social. Essa participação fortalece a ação sindical, principalmente pela experiência que essas pessoas carregam e pelo exemplo que deixam para as jovens lideranças que estão surgindo. ■

Portanto, o MSTTR orgulha-se dos seus associados(as) mais experientes e entende ser importante tê-los em seu quadro social. Essa participação fortalece a ação sindical, principalmente pela experiência que essas pessoas carregam e pelo exemplo que deixam para as jovens lideranças que estão surgindo. ■

Portanto, o MSTTR orgulha-se dos seus associados(as) mais experientes e entende ser importante tê-los em seu quadro social. Essa participação fortalece a ação sindical, principalmente pela experiência que essas pessoas carregam e pelo exemplo que deixam para as jovens lideranças que estão surgindo. ■



LUÍZ FERNANDES

Entrevista **Zilmar Cordeiro Rabelo**

Nosso entrevistado é associado ao STTR de Manaquiri/AM desde 1992. Zilmar tem 68 anos, é casado e pai de três filhos. Ele nos conta sobre a importância de participar do movimento sindical mesmo estando aposentado.

Qual a importância de permanecer associado ao STTR mesmo depois da aposentadoria?

Hoje temos salário maternidade, seguro defesa, aposentadoria rural, dentre outros benefícios. Essas políticas melhoram a qualidade de vida das pessoas no campo. Depois da criação do movimento sindical as políticas começaram a acontecer, pois os trabalhadores(as) começaram a reivindicar medidas fundamentais para a população rural. Com a contribuição mensal a minha família e as pessoas da comunidade também são beneficiadas porque ajudo a fortalecer o meu sindicato, que leva as informações para toda a categoria.

O senhor participa das atividades promovidas pelo STTR?

Atualmente sou vice-presidente do sindicato. Estamos lutando para criar um Grupo

de Estudo Sindical (GES) e para melhorar a situação das comunidades mais carentes.

Como está sendo a experiência de participar da 4ª Turma do Curso Nacional da Escola de Formação da CONTAG (ENFOC)?

Está sendo fantástica. A experiência é muito rica. Como não tive a oportunidade de estudar quando era criança, hoje vejo essa participação na ENFOC como uma oportunidade única. É uma luz que vai me possibilitar a ajudar as pessoas.

Como está a organização dos idosos(as) no seu município?

Ainda está carente pelo poder público. A expectativa é que o novo prefeito trabalhe melhor as políticas para os idosos, principalmente a criação do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso.

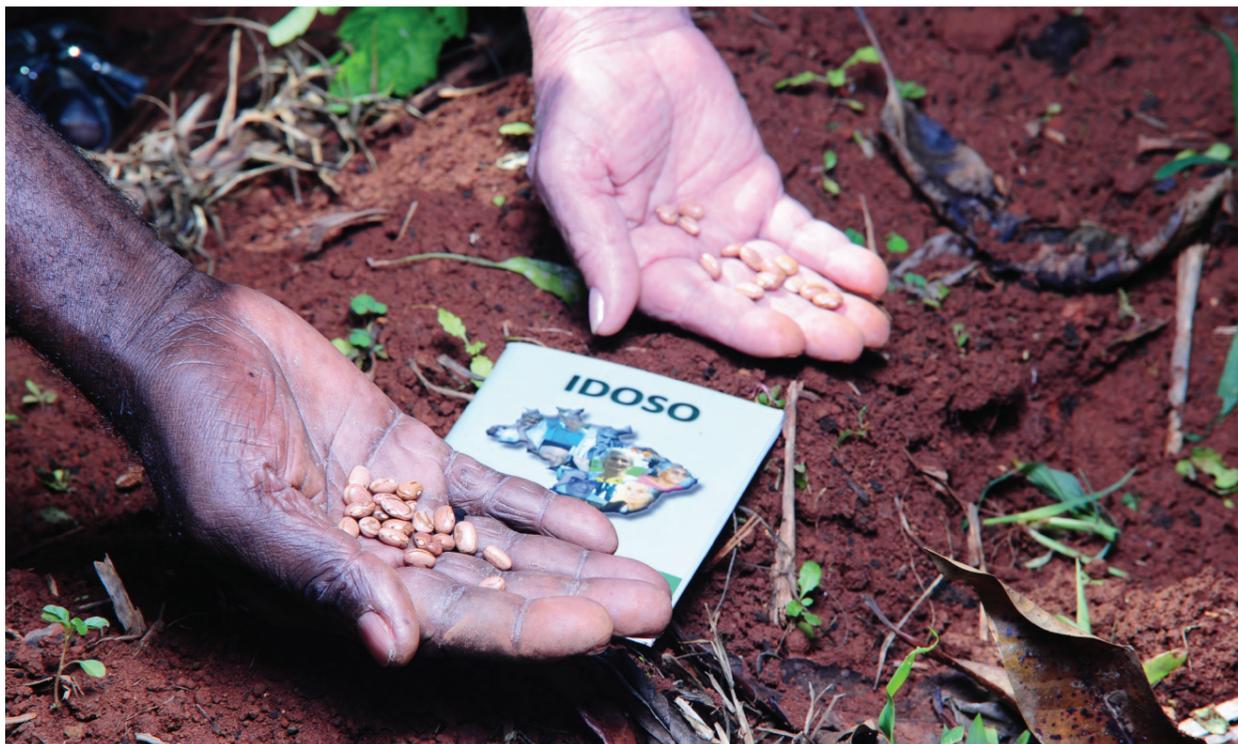


MARIA DO CARMO DE ANDRADE LIMA

Qual mensagem o senhor deixa para os idosos(as) de todo o país?

Que a luz do Espírito Santo ilumine a todos os idosos, que sejam felizes na caminhada deles. Que todos se dediquem às orações porque é muito importante para as nossas vidas e que venham participar do MSTTR.

O Estatuto do Idoso e o acesso à cidadania e à justiça



LUIZ FERNANDES

O Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03) foi sancionado pelo ex-presidente Lula em 1º de outubro de 2003, e trouxe para o direito brasileiro o conceito de idoso enquanto pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Assim, para os fins de direito, a essas pessoas são assegurados em lei todos os direitos e efeitos jurídicos relacionados no artigo 2º do Estatuto, além de outros direitos já previstos antes em nossa legislação.

Seu artigo 2º afirma que idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral, assegurando ainda todas as “oportunidades e facilidades, para

preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade”.

Uma das mudanças significativas do Estatuto no Direito Processual Brasileiro assegura a tramitação preferencial aos idosos(as).

Uma das mudanças significativas do Estatuto no Direito Processual Brasileiro assegura a tramitação preferencial dos processos e procedimentos (inclusive requerimentos e processos Administrativos pe-

rante o Poder Público) aos idosos e idosas, conforme prevê o artigo 71, além da execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 anos.

Tramitação Processual é o tempo necessário para que um processo percorra o caminho obrigatório entre as suas muitas fases e etapas legais. Essa mudança de regra prevista é bastante significativa, e de grande impacto, apesar de não representar propriamente uma inovação legal.

O artigo 1.211-A do Código de Processo Civil já havia instituído desde 2001 a tramitação preferencial ao idoso. Diferente do Estatuto, o código apenas

definia que o idoso tinha idade de 65 anos ou mais.

Mas qual o alcance da tramitação preferencial a que o idoso e a idosa têm direito em decorrência da aplicação do Estatuto do Idoso? A Constituição Federal já assegurava a “razoável duração do processo” enquanto Direito Fundamental de todos (inciso LXXVIII, do art. 5º da Constituição Federal).

De fato, se o Estatuto do Idoso prevê celeridade processual a um determinado segmento (idosos e idosas), isso significa, que, ao menos para aqueles brasileiros devem ser cumpridos, minimamente, os prazos processuais previstos no Código de Processo Civil, especialmente os contidos nos artigos 189 e 190 do código, que fixam prazos para o juiz proferir despachos e decisões, entre outros.

Se a todos os brasileiros já é assegurado o direito a uma razoável duração do processo, para todos os referidos no Estatuto do Idoso é assegurada uma tramitação ainda mais célere.

O simples carimbo na capa do processo indicando tratar-se de pessoa idosa com direito a tramitação processual prioritária não auxilia a célere tramitação

Se a todos os brasileiros já é assegurado o direito a uma razoável duração do processo, para os referidos no Estatuto é assegurada uma tramitação ainda mais célere.

processual se não houver uma conscientização geral de que o idoso e a idosa, legalmente, tem o direito a ter seu processo decidido e julgado de forma mais rápida que outros ou, ao menos, que sejam os prazos relacionados à sua pessoa cumpridos à risca. Essa regra deve valer em todas as hipóteses aplicáveis, desde um simples requerimento de benefício ao INSS, até nos processos judiciais.

Dentre os direitos decorrentes do Estatuto do Idoso, estão relacionados ainda os direitos fundamentais à pessoa humana, os quais: saúde, alimentação, educação, liberdade, dignidade, respeito, entre outros. O Estatuto fixa ainda a obrigação de todos, sem exceção, assegurarem socialmente que a proteção ao idoso e a idosa seja, de fato, efetivada (art. 3º do Estatuto).

Nesse sentido, no Título V do Estatuto, referente ao Acesso à Justiça, e o Capítulo II determina que o Ministério Público Federal, dos estados e do Distrito Federal, deverá atuar como fiscal da lei em todos os processos referentes aos assuntos que são objetos de proteção jurídica do Estatuto do Idoso.

Logo, ao MSTTR – Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, por meio de suas muitas entidades cabe um importante papel a desempenhar. Os sindicatos, federações e a CONTAG devem orientar seu público e suas entidades a, primeiramente, respeitar os direitos desse público.

Os sindicatos, federações e a CONTAG devem orientar seu público e suas entidades a, primeiramente, respeitar os direitos dos idosos.

Para efetivar os direitos desse segmento junto a todas as autoridades e instituições do poder público, em especial junto ao INSS, deve instruir seus associados a apresentarem, com todo requerimento administrativo, processual - inclusive os procedimentos já instaurados e tramitando - declaração em que conste o nome da parte interessada, bem como a informação de que, nos termos da Lei Federal nº 10.741/03, artigos 2º, 71 e seguintes à aplicação imediata da prioridade de tramitação assegurada em lei ao idoso e a idosa, e o conhecimento da existência desse requerimento ao Ministério Público enquanto parte interessada.

Enquanto houver no Brasil um idoso ou idosa desrespeitado(a) em qualquer dos seus direitos fundamentais, assiste obrigação ao Ministério Público em intervir e participar. Essa luta apenas começou há nove anos, e muitos e melhores anos ainda virão. ■

Antonio Ricardo Farani é advogado, bacharel em Direito (UFBA), e especialista em Direito Público (Faculdade Projeção/DF). É assessor da Secretaria Geral da CONTAG desde 2010.



Políticas aliadas da terceira idade

Trabalho realizado pela Secretaria da 3ª Idade rende conquistas importantes, como a inserção dos idosos nas políticas públicas.

É importante reforçar o protagonismo da terceira idade, mesmo depois da aposentadoria, pois as pessoas idosas não deixam de pertencer à categoria trabalhadora rural.

Para tanto, se faz necessário efetivar ações político-sindicais – respeitando vivências, saberes e culturas locais – que assegurem o envelhecimento saudável e ativo no campo. Quem coordena nacionalmente esse público é a Secretaria da Terceira Idade da CONTAG. Um trabalho que vai desde a reivindicação de políticas públicas estruturantes, até a divulgação

e acesso das já disponíveis à população idosa.

Apesar de muitas destas ainda não terem chegado ao meio rural, as que existem são extremamente importantes e estratégicas na promoção de uma velhice com qualidade de vida, como as ações e programas nas áreas da saúde, assistência social, esporte, crédito, inclusão digital, entre outras.

Nesta quarta edição da Revista da Terceira Idade, a CONTAG selecionou algumas políticas disponíveis. Abaixo, seguem a descrição de cada uma e o contato do órgão que coordena a ação.

⇒ OLHAR BRASIL

A portaria ministerial nº 15 de 24 de abril de 2007 lançou o “Projeto Olhar Brasil” com o intuito de viabilizar à população de baixa renda consulta oftalmológica, bem como, a aquisição de óculos, proporcionando a inclusão social de pessoas com problemas visuais.

Contato: Coord. Geral de Média complexidade - Ministério da Saúde

Fone: (61) 3315-2084

FAX: (61) 3321-6711

E-mail: olharbasil@saude.gov.br

⇒ BRASIL SORRIDENTE

Ações realizadas pelo governo federal com o objetivo de proporcionar saúde

bucal à sociedade.

Contato: Coord. Nacional da Saúde Bucal - Ministério da Saúde

Fone: (61) 3315-2728

FAX: (61) 3315-2583

E-mail: cosab@saude.gov.br



⇒ MAIS SAÚDE

Melhorar as condições de saúde e qualidade de vida da sociedade. Tem como pilares a promoção e atenção à saúde; gestão, trabalho e participação; mais acesso, melhor qualidade; produção, desenvolvimento e cooperação à saúde.

Contato: Coord. Geral de Urgência e Emergência - Ministério da Saúde

Fone: (61) 3315-2425

FAX: (61) 3326-2131

E-mail: contato@saude.gov.br

⇒ FARMÁCIA POPULAR

Ampliar acesso da população aos medicamentos considerados essenciais. O programa, busca a aquisição de me-

dicamentos e sua disponibilidade em farmácias de baixo custo, que possuem estrutura diferenciada, que possibilita a apresentação de vídeos educativos/preventivos, distribuição de folder e outras ações podendo ser utilizada para divulgação de campanhas de interesses do governo federal.

Contato: Farmácia Popular - Ministério da Saúde

Fone: (61) 3315-3361/2914

FAX: (61) 3315-3871

E-mail: farmaciapopular@saude.gov.br

⇒ PROGRAMA DE VOLTA PARA CASA

Reintegração social de pessoas acometidas de transtornos mentais, egressas de longas internações, além disso, tem como parte integrante do programa a concessão de pagamentos do auxílio-reabilitação psicossocial.

Contato: Ministério da Saúde

Fone: (61) 3315-2313/2684

FAX: (61) 3315-3403

E-mail: devoltaparacasa@saude.gov.br



Esporte e Lazer da Cidade - PELC

⇒ ESPORTE E LAZER DA CIDADE

Proporcionar o acesso ao esporte e ao lazer ao cidadão, principalmente para aquele vitimizado pela exclusão social e econômica. Programa tem como foco a pessoa idosa, e o contato da Secretaria de Direitos Humanos

da Presidência da República, pode estabelecer meios de aumentar a divulgação das informações aos idosos, para que haja melhoria da qualidade de vida.

Contato: Ministério dos Esportes

Fone: (61) 3217-1707

⇒ CULTURA DIGITAL

Suporte Tecnológico aos “Pontos de Cultura” que recebem um kit Multimídia, e também trabalham questões de inclusão digital.

Contato: Secretaria de Programas e Projetos Culturais - Ministério da Cultura

Fone: (61) 3901-3870

E-mail: Fale conosco no site oficial

⇒ GRIÔ

Estímulo à tradição oral nas comunidades, realizada por meio de “Contadores de História”. Ressalta-se ainda, a característica laboral, pois o trabalho de “GRIÔ” é remunerado por meio de bolsas de trabalho no valor de R\$ 350,00

Contato: Secretaria de Programas e Projetos Culturais - Ministério da Cultura

Fone: (61) 3901-3870

E-mail: Fale conosco no site oficial

⇒ PROGRAMA MOBILIDADE URBANA

Estimular os governos locais a cumprirem suas prerrogativas de prover ações que garantam acesso ao transporte, vias públicas e equipamentos urbanos.

Contato: Secretaria Nac. Transp. E da Mob. Urbana – Ministério das Cidades

Fone: (61) 2108-1660

Fax: (61) 2108-1437

E-mail: brasil.acessivel@cidade.gov.br

⇒ INCLUSÃO DIGITAL

Inclusão social por meio da inclusão digital. GESAC- Governo Eletrônico disponibiliza

antenas (acesso livre) com funcionamento 24 horas para a população.

Contato: Coord. Geral de Proj. Especial – Ministério das Comunicações

Fone: (61) 2108-1929

Fax: (61) 32211709

E-mail: cgpe@mc.gov.br

⇒ PRONAF – PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Financiamento rural para projetos individuais ou coletivos; o foco deste financiamento são as famílias agrícolas. Conta com segmentações, como: Pronaf Jovem; Pronaf Mulher; Pronaf Floresta; Pronaf Agroecologia.

Contato: Sec. Agricultura Familiar - Ministério do Desenvolvimento Agrário

Fone: (61) 2191-9909/9910

E-mail: pronaf@mda.gov.br

⇒ DOCUMENTAÇÃO

Busca regularizar e proporcionar documentação trabalhista, civil e outras para trabalhadores(as) rurais.

Contato: Sec. de Desenvolvimento Territorial - Ministério do Desenvolvimento Agrário

Fone: (61) 2191-9888/9878

⇒ BPC – BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

Direito garantido pela Constituição Federal de 1988, viabiliza o pagamento de um salário mínimo mensal para pessoas com mais de 65 anos de idade e a pessoas com deficiência incapacitante para a vida independente e para o trabalho. O que limita a concessão é a renda per capita familiar.

Contato: SUAS – Ministério do Desenvolvimento Social

Portal: <http://www.mds.gov.br/suas/contact-info>



⇒ CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade pública da política de assistência social (Municipal).

Contato: Deptº de Port. Social Básica - Ministério do Desenvolvimento Social

Fone: 0800-707-20-03

E-mail: protecaosocialbasica@mds.gov.br

⇒ CREAS – CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atenções especializadas de apoio, orientação de indivíduos e famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça/violação de direitos.

Contato: Coord. Geral de Acomp. das Ações de Deptº de Proteção Social

Fone: (61) 3433-1342/1344

E-mail: protecaosocialbasica@mds.gov.br

⇒ PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA

Ações relacionadas à acolhida, informação e orientação, inserção em serviços da Assistência Social, com maior foco no atendimento sócio familiar.

Contato: Deptº de Proteção Social Básica Ministério do Desenvolvimento Social

Fone: (61) 3433-1342/1344

E-mail: protecaosocialbasica@mds.gov.br

⇒ PRONASCI

O projeto articula políticas de segurança com ações sociais; prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e segurança pública.

Contato: Ministério da Justiça ■

INFORMES DA TERCEIRA IDADE

MENSAGEM DO MINISTRO GILBERTO CARVALHO

Por ocasião da 1ª Plenária Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Terceira Idade e Idosos Rurais, em junho de 2012, o ministro chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, enviou uma mensagem à CONTAG. Além de ter desejado sucesso na realização da plenária e de justificar sua ausência, destacou a importância do trabalho realizado pela Confederação. Segue trecho: “O esforço para avaliar, debater e formular propostas para melhorar a vida de tantos brasileiros que muito fizeram – e ainda fazem – pelo nosso país, reforça o papel da CONTAG como entidade profundamente comprometida com a justiça social no campo – e interlocutora obrigatória para as políticas do setor.”

TESTAMENTO VITAL E MANDATO DURADOURO

O testamento vital é um documento, redigido por uma pessoa no pleno gozo de suas faculdades mentais, com o objetivo de dispor acerca dos tratamentos e não tratamentos a que deseja ser submetida quando estiver diante de um diagnóstico de doença terminal e impossibilidade de manifestar a sua vontade. É importante que este documento seja escrito com a ajuda de um médico de confiança do paciente. No entanto, no Brasil só é válido dispor sobre a interrupção de tratamentos extraordinários, que visam apenas prolongar a vida. Tratamentos tidos como cuidados paliativos, cujo objetivo é melhorar a qualidade de vida não podem ser recusados. Já o Mandato Duradouro é a nomeação de uma pessoa de confiança do testador que deverá ser consultada pelos médicos, no caso de incapacidade do paciente, terminal ou não, quando estes tiverem que tomar alguma decisão sobre o tratamento ou não tratamento. O procurador de saúde decidirá tendo como base a vontade do paciente.

EM FOCO

CULTURA



FELIZ IDADE

O Clube da Feliz Idade é uma comédia romântica sobre a incrível capacidade de se apaixonar por você mesmo ou pelos outros, seja em qualquer idade. Cinco idosos que vivem em uma comunidade para pessoas da terceira idade que ainda são ativas ingressam em um grupo de apoio para quem perdeu entes queridos. Ali, encontram suporte emocional para começar uma nova vida e se veem em um mundo em que ainda é possível se relacionar e a paixão é sempre possível acontecer de novo. Direção: Susan Seidelman. Elenco: Dyan Cannon, Joseph Bologna, Brenda Vaccaro, Sally Kellerman e Len Cariou.

← O artigo 23 do Estatuto do Idoso garante às pessoas acima de 60 anos a meia-entrada para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer.

LEITURA NA 3ª IDADE

A pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”, publicada pelo Instituto Pró-Livro, aponta que a maior parcela de não-leitores está entre a população adulta, principalmente de 60 a 69 (11%). Portanto, é importante que o governo crie políticas públicas de leitura para as pessoas idosas, como já é defendido no Estatuto do Idoso em seu artigo 25, capítulo V. Ler faz bem à saúde!

Fonte: Portal da 3ª Idade

22 DE AGOSTO

é o Dia do Folclore. São inúmeras as lendas no Brasil, como o Saci-Pererê, Boitatá, Lobisomem, Mula sem cabeça, Curupira e Boto, por exemplo.



50 anos de lutas e conquistas

A confederação mantém viva a sua história e luta por um país mais justo e igualitário para todos.

Em 22 de dezembro de 2013, a CONTAG completará 50 anos. A entidade, juntamente com as 27 FETAGs e os mais de 4 mil STTRs, luta pelos direitos de mais de 15,7 milhões (PNAD/IBGE, 2009) de homens e mulheres do campo e da floresta, que são agricultores(as) familiares, acampados(as) e assentados(as) da reforma agrária, assalariados(as) rurais, meeiros, comodatários, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos.

Em 1963, os trabalhadores(as) rurais não eram reconhecidos como categoria profissional. Mesmo assim, os trabalhadores(as) rurais levantaram suas bandeiras - a partir das Ligas Camponesas no Nordeste, o Master no Sul e as Associações de Pequenos Produtores - em todo o país. Movimento protagonizado pela atual população idosa rural, que ainda hoje participa da luta pela realização da reforma agrária, o fortalecimento da agricultura familiar, direitos dos assalariados(as) rurais, políticas sociais, dentre outras ações.

Trajectoria

Em março de 1963, o governo de João Goulart criou o Estatuto do Trabalhador Rural, que garantia a esses trabalhadores(as) os direitos sindicais, trabalhistas e previdenciários já assegurados aos urbanos. Nesta época, o país vivia um momento de forte ação política e sindical. Existiam 475 Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais no Brasil. Em 22 de dezembro de 1963, trabalhadores(as) rurais de 18 estados, distribuídos em 29 federações, decidiram criar a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que tornou-se, em 31 de janeiro de 1964, a primeira entidade sindical do campo, de caráter nacional, reconhecida legalmente.

A Confederação iniciou sua atuação em um momento político importante ▶

“O que é mais importante nessa história é que as duas entidades da época viram que naquele momento só enfraqueceriam a luta dos trabalhadores frente aos poderosos e aos latifundiários se continuassem separadas. Daí houve uma fusão e a fundação da CONTAG, que já nasceu forte, com a participação desses dois segmentos. Lyndolpho Silva foi o primeiro presidente e, com a ditadura militar, foi preso e exilado.”

JOSÉ FRANCISCO, EX-PRESIDENTE DA CONTAG



FOTOS: LUIZ FERNANDES

“Nesses 50 anos, destaco a resistência dos trabalhadores rurais contra o Estado reacionário e conservador no regime militar, que tentou impedir a nossa organização. Fizemos com que esse Estado respeitasse e tratasse os trabalhadores rurais como parte da sociedade brasileira. Já o destaque no meu período como presidente foi o Pronaf. Mais os grandes avanços para a categoria trabalhadora rural só aconteceram no Governo Lula.”

FRANCISCO URBANO, EX-PRESIDENTE DA CONTAG



“A CONTAG vem construindo um sindicalismo atuante e representativo na defesa dos interesses da classe trabalhadora rural. Na caminhada, que completa 50 anos em dezembro/2013, nossa organização se fortaleceu e conquistou políticas públicas importantes que ajudaram os trabalhadores e trabalhadoras rurais a melhorarem suas condições de vida e trabalho no campo brasileiro. No 11º Congresso vamos renovar o compromisso de fortalecer ainda mais o MSTTR e consolidar o PADRSS com a implantação de políticas públicas para acabar com a pobreza e injustiça que ainda persiste no meio rural brasileiro.”

ALBERTO BROCH, PRESIDENTE DA CONTAG



quando se discutiam as reformas de base, inclusive a reforma agrária. Por esse e outros motivos, o presidente João Goulart foi deposto em 1964, com o apoio dos latifundiários. O regime militar, implantado no país, reprimiu duramente todos os movimentos populares e, com eles, lideranças e políticos comprometidos com estas reformas. A CONTAG sofreu intervenção. O primeiro presidente da entidade, Lyndolpho Silva, foi preso e exilado. Outras lideranças e dirigentes sindicais foram torturados, exilados e assassinados.

A CONTAG integrou, junto com outros movimentos sociais, a vanguarda na luta contra a ditadura militar e pela democratização do Brasil, reivindicando uma ampla e irrestrita anistia política, eleições diretas e a convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Durante a Constituinte, a Confederação participou ativamente das discussões que envolviam os interesses da população do campo. Uma das conquistas desse período foi a inclusão dos trabalhadores(as) rurais na Previdência Social.

“A luta dos trabalhadores(as) foi construída com muito sacrifício, prisões e mortes, principalmente durante o regime militar. Mesmo nos momentos mais difíceis, a CONTAG, as Federações e os Sindicatos não recuaram das suas convicções políticas e reagiram. Como resultado dessa postura firme, contabilizamos hoje muitas vitórias. A exemplo da organização sindical do MSTTR, a realização dos Gritos da Terra Brasil, das Marchas das Margaridas, dos Festivais da Juventude Rural, da organização da 3ª Idade, entre outras”.



JURACI SOUTO, SECRETÁRIO DE FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SINDICAL DA CONTAG

O processo de modernização da agricultura brasileira - a partir de um caráter concentrador de terra e renda, conservador e excludente - motivou o MSTTR a construir o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS). Esse projeto se tornou um instrumento estratégico de contraposição ao modelo defendido e praticado por latifundiários e grandes grupos econômicos. O 6º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CNTTR) deliberou pela criação do PADRSS, que só foi aprovado durante o 7º CNTTR.

O PADRSS tem como frentes de luta: reforma agrária ampla, massiva, de qualidade e participativa; ampliação e fortalecimento da agricultura familiar; erradicação do trabalho escravo; proteção infanto-juvenil; educação do campo pública e gratuita; políticas de assistência à saúde integral para os povos do campo e da floresta; política de assistência técnica diferenciada e eficiente, pública e gratuita; soberania e segurança alimentar e nutricional; meio ambiente; e ampliação das oportunidades de emprego, trabalho e renda com igualdade de gênero, geração, raça e etnia.

Ao longo desses anos, o MSTTR conquistou um conjunto de políticas públicas. No entanto, há necessidade de ampliação, adequação e mudanças destas políticas, visando atender as demandas e o protagonismo dos trabalhadores(as) rurais e sua projeção na sociedade.

Por fim, a CONTAG é referência no país na luta pela construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária; e na defesa permanente dos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. ■

Ato é prestigiado por idosos de todo o país

Terceira edição divulga experiências das FETAGs e STTRs para a população idosa, depoimentos e políticas públicas.

A edição anterior da Revista da Terceira Idade, lançada em junho de 2012 durante a 1ª Plenária Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Terceira Idade e Idosos Rurais, trouxe matérias sobre as experiências realizadas pelas Federações de Trabalhadores na Agricultura e Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais para as pessoas idosas de todo o país. A publicação trouxe ainda depoimentos de idosos de todos os estados, artigo, textos e informes sobre as políticas públicas e os resultados da Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

O evento de lançamento foi prestigiado pela diretoria da CONTAG, por idosos e idosas das 27 federações e por entrevistados na edição da revista, representados na solenidade por Juan Vicente Santini e Nadir Alves de Almeida. “Tenho muito orgulho da minha idade e de ter participado da revista. Que Deus abençoe a todos nós idos-



sos”, disse dona Nadir. Já Santini, destacou várias conquistas da terceira idade a partir do trabalho da CONTAG nesses quase 50 anos. “Lanço o desafio para que cada pessoa aqui presente crie pelo menos um grupo de idosos no seu município”, propõe o entrevistado.

Para Natalino Cassaro, lançar a revista durante a plenária ajudou a fortalecer a organização dos idosos(as) rurais. No entanto, o dirigente orientou que a publicação chegue às mãos dessas pessoas. “As pessoas idosas são importantes para o país. Fazemos essa revista com muito carinho e precisamos do apoio de todos e todas para divulgá-la e usá-la, inclusive, nos encontros de formação.” ■



FOTOS: VERÔNICA TOZZI

A Revista da Terceira Idade é um instrumento importante para levar informações à população idosa rural. Ela simboliza, inclusive, o cuidado do MSTTR com esse público.

→ Para facilitar a mastigação, os legumes devem estar bem cozidos e macios. Já frutas e vegetais podem ser ingeridos sob a forma de sucos.



YURY HERMUCHE

ALIMENTAÇÃO DOS IDOSOS

Em qualquer faixa etária é importante dar atenção à variedade na hora das refeições. O prato típico nacional, composto de arroz, feijão, carne, salada e vegetais, é um bom começo. Para as pessoas acima de 60 anos, a receita não é diferente. A população idosa deve ter cuidado para não restringir a alimentação a carboidratos, como pães e massas; e às formas líquida ou pastosa, como as sopas e cremes. Embora mais fáceis de ingerir e preparar, devem estar sempre acompanhadas de frutas, verduras, salada e proteína (carnes). Se houver dificuldade de mastigação, opte por leite, peixe e ovo.

50% a 60%

Deve ser o valor calórico total de carboidratos na dieta do idoso(a). Quanto aos carboidratos simples, como a glicose e sacarose, o máximo deve ser 10% do total.

BOLO DE IOGURTE

Ingredientes:

- 4 ovos
- 1 copo de iogurte natural
- ¾ de copo de óleo
- 2 copos de açúcar
- 2 copos de farinha de trigo
- 1 colher de fermento em pó

Modo de fazer:

Bater no liquidificador os três primeiros ingredientes. Despejar sobre o açúcar e mexer. Juntar a farinha e por último o fermento. Untar e polvilhar com açúcar cristal uma forma de anel de 23 cm. Desenformar morno.

Fonte: www.nutricaoempauta.com.br



1ª Plenária de Trabalhadores e Trabalhadoras da Terceira Idade e Idosos Rurais

Confira nas próximas páginas uma seleção de fotos da Plenária

Fotos: Luiz Fernandes



Acima: mística de abertura da plenária.
Abaixo: a alegria dos delegados(as), avaliação do evento com a participação do presidente da CONTAG, e equipe da Secretaria Nacional da Terceira Idade.



Acima: momento cultural.
Abaixo: idosos estudam documento base da plenária, solenidade de abertura, lançamento do livro que trata da repressão, e trabalho em grupo.



Estratégias para o envelhecimento



LUIZ FERNANDES

no campo

Texto aprovado pelos delegados(as) da plenária será uma das fontes para os debates no 11º Congresso Nacional da CONTAG

A 1ª Plenária Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Terceira Idade e Idosos Rurais, realizada de 13 a 15 de junho, em Brasília, aprovou documento que trata de questões específicas do envelhecimento no meio rural. O texto foi construído a partir de proposições apresentadas nas 27 plenárias estaduais e tem por objetivo subsidiar os delegados(as) e lideranças sindicais para a construção de estratégias que fortaleçam as ações do movimento sindical.

Para o secretário nacional da Terceira Idade da CONTAG, Natalino Cassaro, foram aprovadas questões importantes, como a recomendação para que os STTRs e FETAGs trabalhem a terceira idade e a reivindicação para que o governo fede-

ral crie a Secretaria Nacional do Idoso. “No entanto, o mais importante foi ver a terceira idade de todo o país unida nesse processo. Todos têm as mesmas demandas e aprovaram conjuntamente o documento. Outra bandeira levantada é a necessidade de priorização da saúde do idoso, pois atualmente o homem e a mulher do campo estão gastando toda a aposentadoria em plano de saúde e remédios.”

Segundo Cassaro, o documento foi encaminhado para o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI) e será uma das fontes para os debates do 11º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, que ocorrerá em março de 2013. ■

PRINCIPAIS PROPOSTAS

- ➔ Implementar uma campanha massiva com a terceira idade, nos diversos meios de comunicação e em eventos, visando difundir e divulgar o Estatuto do Idoso, como ferramenta de defesa e garantia dos direitos previstos, acompanhando e denunciando todas as formas de violação e descumprimento da lei;
- ➔ Continuar e ampliar de forma mais eficaz a ação do MSTTR na aposentadoria rural, protegendo e sensibilizando os trabalhadores e trabalhadoras rurais contra as ações de intermediários e oportunistas, através de seus programas de rádios semanais e principalmente reuniões nas bases;
- ➔ Promover campanha de moradia digna para os idosos rurais que não têm lar adequado, para que eles tenham uma vida plena e social e que não sejam despejados em asilos;
- ➔ Viabilizar o acesso da terceira idade ao programa de habitação rural, combatendo a discriminação e excesso de burocracia exigida às pessoas da terceira idade e idosos no meio rural;
- ➔ Lutar por moradia, com o aumento do percentual de 3% para 5% com residências de qualidade para as pessoas idosas, garantindo o atendimento básico de saúde e o acesso aos medicamentos gratuitos;
- ➔ Sindicatos promoverem parcerias com a rede de serviço local para descontos aos aposentados e pensionistas nos serviços médicos, dentários, clínicas particulares, para atendimento dentro do sindicato ou nas redes de serviços priorizando os trabalhadores e trabalhadoras da terceira idade e idosos rurais;
- ➔ Realizar fóruns de debate para conscientização sobre a importância da terceira idade e idosos, buscando parceria com órgãos públicos como: Secretaria de Saúde, Educação, Assistência Social, Esporte, Meio Ambiente e Câmaras Municipais;
- ➔ Promover a capacitação dos dirigentes sindicais para que possam conhecer os direitos dos idosos e retransmitir aos trabalhadores(as) rurais na base, e ainda melhorar o atendimento desse público na sede dos sindicatos;
- ➔ Garantir a criação das Secretarias dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da 3ª idade nos Estatutos Sociais das FETAGs e STTRs, sob a orientação da CONTAG e das Federações, disponibilizando um diretor(a) para efetuar ações pedagógicas de valorização específica para seu público e com equipe profissional qualificada, assegurando o cumprimento das deliberações congressuais;
- ➔ Empreender a luta pelo estabelecimento de bolsa remédio para os idosos, inclusive para os aposentados, visando à aquisição dos medicamentos necessários para garantir a permanência de sua saúde, pois os recursos da aposentadoria são poucos e muitas vezes insuficientes, para sua manutenção;
- ➔ Que o MSTTR fortaleça a expansão das cooperativas de crédito rural para que os aposentados não busquem os serviços bancários em outras instituições e sejam vítimas de empréstimo desnecessário;
- ➔ Buscar o aumento do acesso ao programa Luz Para Todos na terceira idade; Lutar pela construção e manutenção de estradas em todas as localidades;
- ➔ Divulgar, capacitar, incentivar e implementar projetos dos sindicatos e pólos/regionais dos trabalhadores rurais para buscar meios de acessar ao recurso proveniente do Fundo Nacional do Idoso e outras formas de parceria;
- ➔ Lutar pela criação de uma linha específica do PRONAF e REFORMA AGRÁRIA para a Terceira Idade e Idosos Rurais; Melhorar o acesso continuado aos financiamentos de insumos agrícolas NÃO QUÍMICOS e IMPLEMENTOS para as pessoas idosas na agricultura familiar;
- ➔ Continuar a lutar pela criação da Secretaria da Pessoa Idosa no âmbito do governo federal.

ALIMENTOS ORGÂNICOS

O consumo de alimentos orgânicos é importante não só pelo fato de não usarem agrotóxicos. Essa prática respeita os ciclos de vida dos animais, insetos e também absorve mais gás carbônico da atmosfera que a agricultura convencional. Se toda a produção de soja e milho dos Estados Unidos fosse orgânica, cerca de 240 bilhões de quilos de gás carbônico seriam removidos da atmosfera.

Nesse sentido, é fundamental que a produção e o comércio de alimentos orgânicos sejam incentivados, para que cada vez mais as pessoas tenham acesso a uma alimentação mais saudável e a um planeta mais sustentável.

→ O consumo de alimentos contaminados por agrotóxicos pode causar prejuízos à saúde, que vão de alergia temporária a doenças crônicas.



SAIBA MAIS SOBRE A CAMPANHA:
<http://www.contraosagrototoxicos.org>

150

LITROS DE ÁGUA

É o que consome uma lavagem de máquina de lavar roupas. Procure usá-la somente cheia e selecione o modo de menor consumo de água.

Convênio proporciona inserção social da terceira idade

Parceria com a CONTAG aproximou o SENAR dos trabalhadores e trabalhadoras rurais idosos.



A relação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) com os trabalhadores e as trabalhadoras da terceira idade e idosos rurais acontece por meio do convênio firmado com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). A entidade apoia e acompanha o trabalho realizado pela Secretaria da Terceira

Idade da CONTAG desde 2007. Segundo o secretário executivo do SENAR, Daniel Klüppel Carrara, essa parceria é fundamental porque contempla essa parcela da população que nem sempre é lembrada na elaboração das ações voltadas ao sistema de produção.

Existe também um volume expressivo de pessoas, a partir

dos 60 anos, que participam das atividades formativas e de promoção social realizadas pelo SENAR. No caso da formação, há um grande número de mulheres idosas que procuram os cursos de artesanato, artes, doces e compotas, pintura, tecelagem, panificação, dentre outros. Já na promoção social, são organizadas diversas ações, ▶

como o mutirão pela cidadania, por exemplo.

“Avaliamos de forma positiva a parceria que mantemos com a CONTAG, onde vemos uma participação expressiva da terceira idade rural e visualizamos resultados importantes”, diz Carrara. O secretário também destaca que as atividades realizadas a partir do convênio proporcionam a inserção social das pessoas da terceira idade e idosos rurais. Nesse sentido, a perspectiva do SENAR é de continuar essa parceria, de assinar um novo convênio, para manter o atendimento ao idoso(a) rural.

“Essa é a única ação específica para a população rural, e o SENAR se sente privilegiado de participar e ajudar na interação com a sociedade. Além disso, consideramos fantástica a iniciativa da Revista da Terceira Idade. Ela leva informações essenciais para os idosos e, por isso, a entidade se orgulha dessa parceria”.



BANCO DE IMAGENS DO SENAR



ARQUIVO PESSOAL

“Avaliamos de forma positiva a parceria que mantemos com a CONTAG, onde vemos uma participação expressiva da terceira idade rural e visualizamos resultados importantes”

Daniel Klüppel Carrara,
secretário executivo do Senar

expediente

Publicação da Terceira Idade da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente - Alberto Ercílio Broch

1º. Vice-Presidente e Secretária de Relações Internacionais - Alessandra da Costa Lunas

Terceira Idade - Natalino Cassaro

Assalariados e Assalariadas Rurais - Antonio Lucas Filho

Finanças e Administração - Aristides Veras dos Santos

Formação e Organização Sindical - Juraci Moreira Souto

Secretaria Geral - David Wylkerson Rodrigues de Souza

Jovens Trabalhadores(as) Rurais - Maria Elenice Anastácio

Meio Ambiente - Rosicléia Santos Azevedo

Mulheres Trabalhadoras Rurais - Carmen Helena Ferreira Foro

Política Agrária - Willian Clementino da Silva Matias

Política Agrícola - Antoninho Rovaris

Políticas Sociais - José Wilson Gonçalves

COORDENAÇÃO GERAL

Assessora da Secretaria da Terceira Idade - Maria Cavalcante Vicente

Projeto Editorial, Pesquisa e Reportagem - Verônica Tozzi

Edição e Revisão - Soraya Brandão

Projeto Gráfico e Diagramação - Julia Grassetti

Foto da capa - Luiz Fernandes

IMPRESSÃO

Cidade Gráfica

TIRAGEM

30 mil exemplares



Telefone (61) 2102 2288

Fax (61) 2102 2299

E-mail imprensa@contag.org.br Internet

www.contag.org.br



CONTAG

